



A ESTRUTURA DA LICENCIATURA NA UERJ E O PAPEL DO CAP NA FORMAÇÃO DOS FUTUROS PROFESSORES: O CASO DA SOCIOLOGIA

Guilherme Nogueira de Souza ¹

RESUMO

O trabalho pretende analisar a estrutura da formação de professores na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o papel que o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP) ocupa nesta estrutura. Como exemplo dessa concepção curricular, analisaremos o caso específico da formação de professores em Sociologia. Na primeira parte do artigo, discorremos sobre a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular brasileira. Sua intermitência prejudicou as reflexões no seio da comunidade acadêmica, em especial nos cursos de licenciatura. A seguir apontamos para os desafios na formação dos futuros professores, a estrutura da Licenciatura, em especial da Sociologia. E por fim, apresentamos a atuação do CAP-UERJ, na valorização da pesquisa e do diálogo entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

Palavras-chave: Formação de professores, Sociologia, CAP-UERJ, Licenciatura, Ensino.

INTRODUÇÃO

As perspectivas a respeito da formação de professores de Sociologia por parte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) estão no cerne deste artigo. A pesquisa também se insere no atual contexto educacional brasileiro – marcado por disputas políticas e ideológicas a respeito do currículo escolar, especialmente no que tange às ciências humanas e sociais, o que traz insegurança à comunidade acadêmica, e em especial aos discentes da grande área de humanas. As novas políticas públicas, como a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e a homologação da Base Nacional Comum Curricular² (BNCC), geram a sensação de incerteza para estudantes de licenciatura de diversas áreas uma vez que, além de sua formação curricular não ter

¹ Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, guilherme.souza@uerj.br

² A Base Nacional Comum Curricular estabelece como obrigatórios ao longo de todo o Ensino Médio apenas os componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa. A oferta de Língua Inglesa também é obrigatória, mas pode ser feita em qualquer um dos três anos, ou mesmo em todos eles (ponto a ser definido pelas instituições e sistemas de ensino). Os demais componentes curriculares foram substituídos pelas competências e habilidades referentes a todas as áreas do conhecimento presentes na BNCC. São elas: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas. Esta nova configuração permite maior flexibilização curricular e produziu significativa incerteza quanto a efetiva formação a ser ofertada aos estudantes.



contemplado a proposição da BNCC³, ainda há dúvidas sobre a existência futura de postos de trabalho diante dos questionamentos que a reforma curricular do Ensino Médio impôs.

Destarte, pesquisar a estrutura do curso de Licenciatura é pertinente, pois reflete na busca pela qualidade da formação desse futuro professor, também serve de inspiração para reflexões dentro do campo educacional. A qualidade da formação daqueles que vão ocupar as cadeiras escolares é um desafio central na estruturação dos sistemas educacionais e no aprimoramento da qualidade dos serviços educacionais prestados pelo Estado e organizações privadas. São necessários profundos estudos sobre a temática. Esse artigo visa contribuir para esse debate. Ademais, destacamos também o mérito da discussão sobre o ensino de Sociologia e os projetos desenvolvidos no seio do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ). O CAP é uma unidade acadêmica que é, ao mesmo tempo, escola de educação básica, e centro de formação de professores, mantendo a tradição dos “ginásios experimentais” nascidos nos anos 40. O que faz da unidade um centro de formação que permite ao licenciando realizar seus estágios, parte das disciplinas teóricas da formação inicial docente e as práticas de ensino sob a supervisão de professores e pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que atuam tanto com alunos dos ensinos fundamental e médio quanto com alunos de graduação e pós-graduação.

O objetivo do artigo está em apresentar um modelo curricular de formação inicial de professores, no qual há uma forte incidência dos entes organizacionais da universidade no processo, um modelo que deverá sofrer alterações em breve diante do Parecer CNE/CP 22/2019 que estabelece novas políticas de formação inicial e que estabeleceu prazo até dezembro de 2021 para implementação por parte das universidades e centros de formação de professores. Para isso, nosso foco foi a estrutura do curso.

Na primeira parte do artigo, discorreremos sobre a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular da educação básica brasileira. Sua intermitência prejudicou as reflexões no seio da comunidade acadêmica, em especial nos cursos de licenciatura. A formação do professor de Sociologia ficou prejudicada com as

³O Ministério da Educação (MEC) homologou o Parecer CNE/CP nº 22/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - (BNC-Formação) apenas em 20/12/2019.



interrupções da obrigatoriedade da disciplina na grade curricular. A seguir apontamos para os desafios na formação dos futuros professores, a estrutura da Licenciatura, em especial da Sociologia. E por fim, apresentamos o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, a valorização da pesquisa e do diálogo entre Educação Básica e o Ensino Superior, e os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente de Sociologia daquele Instituto.

1. Breve histórico da disciplina de Sociologia nos currículos do Brasil

Pensar na formação do futuro professor de Sociologia no Brasil é refletir sobre o complexo caminho que essa área do conhecimento trilhou até aqui. Existem diversas cronologias para as duas principais dimensões da história das Ciências Sociais /Sociologia: da formação dos profissionais e da disciplina nas escolas de Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio. Consideramos, como salientou a socióloga Ileizi Silva (2010), que esses aspectos se complementam e ajudam a demarcar a trajetória no campo de análise.

Podemos afirmar que as idas e vindas da Sociologia nos currículos das escolas brasileiras constituíram um interessante objeto de estudo e nos mostraram muitos aspectos relevantes sobre o que a Sociologia é hoje nas escolas do país. As primeiras propostas para a inclusão da área de conhecimento couberam a Benjamin Constant (1836-1891), então ministro de Floriano Peixoto, em 1891. Indicado para ministro da Educação, Benjamin Constant apresentou um Plano Nacional para o setor que previa como obrigatório em todas as escolas do ensino médio o ensino de Sociologia (CARVALHO, 2004). No entanto, tal proposta ficou restrita aos papéis, sem jamais ter sido implementada de maneira efetiva. A proposta foi descartada após sua morte.

A seguir, de 1925 até 1945, podemos considerar a época de ouro da disciplina. Em 1925, a Reforma Rocha Vaz apontou para a Sociologia como cadeira obrigatória no tradicional Colégio Pedro II, e o professor responsável para lecioná-la foi Delgado de Carvalho (1884-1980). Apesar de nascido na França, o intelectual tinha pai brasileiro. Sua formação intelectual foi na prestigiada Escola de Ciências Políticas de Paris. Ainda no contexto da Reforma, a disciplina passou a fazer parte, de maneira obrigatória, do currículo das Escolas Normais do Rio de Janeiro e Recife. Nesse último, como iniciativa de Gilberto Freyre (1900-1987).



Em 1931, no início da Era Vargas, a Reforma Francisco Campos tornou a disciplina obrigatória em todos os cursos do nível complementar. Ampliou-se, assim, Sociologia no país em nível secundário, estendendo dos contextos das Escolas Normais. Buscou-se dar uma formação mais humanista aos estudantes (CARVALHO, 2004), com a procura da identidade nacional tão pensada naquele contexto, também com inspiração em todo um ideal de modernidade pelo qual passava o país.

Por estar presente nos diferentes níveis de ensino (Escola Normal, Ensino Secundário e Ensino Superior) nesse momento importante de implementação da Sociologia, diversos manuais e livros foram utilizados para seu ensino. Fernando Azevedo (1894-1974) e Amaral Fontoura (1912-1987) foram dois autores que se destacaram nesse período de ouro da Sociologia. Suas obras trouxeram o debate entre dois grupos de intelectuais, os “escolanovistas” (da Escola Nova progressista) e os católicos. Azevedo trouxe ideias de Durkheim como fato social, educação moral e definição da Sociologia em suas obras. Também chamou atenção para autores brasileiros como Sílvio Romero e Delgado de Carvalho. Já Fontoura pensou em uma “Educação Renovada”, diferente da “Escola Nova”, como a modernização dos métodos sem alterar o poder da Igreja Católica no campo educacional (CIGALES e ENGERROFF, 2018).

Já em 1942, com a Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia perdeu a obrigatoriedade no ensino médio das escolas brasileiras, e ficou relegada apenas às Escolas Normais de formação de professores a partir de 1946. Por outro lado, assistiu-se, no período de 1942 até 1964, a ampliação de cursos universitários de Sociologia e dos centros de pesquisa criados pelos governos federal e estadual e por agências internacionais (SILVA, 2010). Em junho de 1954 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Foi o momento da consolidação da área no Ensino Superior justamente no período de enfraquecimento da disciplina no Ensino Secundário.

Em 1964, com o golpe civil-militar foram retirados todos os resquícios da Sociologia nas escolas médias do Brasil. Professores e estudantes perseguidos passou a ser prática crescente. Foram criadas disciplinas com o propósito de substituir a Sociologia e a Filosofia, e desenvolver a ideologia militar autoritária vigente. Assim, por meio do decreto-lei 869 de 1969, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica foram incluídas no currículo como obrigatórias.



No ano de 1979, um conjunto de deputados progressistas tomou posse, seja como deputados federais, seja como deputados estaduais, e no segundo caso apresentaram propostas de leis estaduais pela introdução da disciplina de Sociologia, as quais acabaram sendo sancionadas como leis estaduais pelos governadores locais. (CARVALHO, 2004).

Com a abertura política e a redemocratização no país, diversas associações de sociólogos passaram a articular a volta da disciplina, o que ocorreu em junho de 2008, com a Lei nº 11.684, tornando obrigatória a existência nos três anos do Ensino Médio.

2. O ensino de Sociologia e a preocupação com a formação do futuro professor

O ensino de Sociologia nas escolas do Ensino Médio não conseguiu ser, ao longo dos anos, uma preocupação nos cursos de graduação em Ciências Sociais. A pesquisadora Ileizi Silva (2010), citando levantamento feito por Amauri Moraes, evidencia este fato demonstrando que a interrupção da Sociologia nos currículos da Educação Básica foi acompanhada também das interrupções das reflexões no interior da comunidade das Ciências Sociais sobre ensino e aprendizagem, provocando assim uma descontinuidade nas reflexões sobre a licenciatura na área. Enquanto a Sociologia como campo de pesquisa pura avançou significativamente mesmo durante a ditadura civil-militar, o campo do ensino não teve o mesmo desenvolvimento, afetando, inclusive, as identidades profissionais dos cursos. A legislação aprovada em 2008 impôs um redirecionamento dos investimentos em pesquisa e formação por parte das universidades. Como aponta Mendes (2009) a docência no Ensino Básico e a produção de pesquisas não são incompatíveis. O que preocupa é o imaginário do professor do Ensino Médio como apenas um reproduzidor do conhecimento. Segundo o autor, apesar de oferecerem a licenciatura como habilitação possível, os cursos de graduação não organizaram concretamente seus currículos com esse objetivo. Os cursos de Ciências Sociais são preparados para formar pesquisadores em Ciências Sociais, ou seja, bacharéis, relegando um lugar secundário à licenciatura. Assim, o graduando ao optar pela atuação na Educação Básica, nem sempre encontra respaldo em uma política institucional de formação teórica para a pesquisa na área de Ensino deste futuro docente. Ainda de acordo com Mendes (2009), as universidades dão pouca atenção ao desenvolvimento dos cursos de licenciatura.



Essa abordagem torna-se importante também quando se percebe o pouco interesse dos alunos da graduação em Ciências Sociais com as cadeiras oferecidas pela licenciatura na área. Podemos acrescentar que a desvalorização, material e simbólica, do professor no mercado de trabalho também parece contribuir com essa falta de disposição por parte do discente. A falta de prestígio social da carreira é apontada como obstáculo à motivação em termos de continuação do curso. Pesquisa intitulada “Profissão Docente”⁴, realizada pelo “Todos pela Educação”, apontou que 49% dos docentes (redes pública e privada) não recomendariam a própria profissão por considerá-la desvalorizada. De acordo com Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação, “Quando um professor tem dificuldade em ver sua motivação se concretizar na prática – o que tem a ver com uma estrutura de formação, de preparo e de apoio muito frágil, com condições de trabalho não adequadas – isso se reflete em uma insatisfação profissional”⁵.

A preocupação com a formação do professor também está na abordagem do pedagogo Pedro Demo (1999) quando afirma que a pesquisa adensa a instrumentação teórico-prática para o exercício da cidadania e participação no processo produtivo do conhecimento. Nesse contexto, pode-se afirmar, ainda de acordo com o autor, que o professor precisa ser um pesquisador, saber ler a realidade criticamente e fazer da pesquisa um princípio educativo, parte inerente do processo pedagógico. É no decorrer da pesquisa que professor e aluno fazem a leitura da realidade, transmitindo um olhar crítico para saber intervir de forma alternativa, com base na capacidade questionadora.

Assim sendo, é plausível afirmar que entre 2008 e o tempo presente (2020), a despeito da aprovação da reforma do Ensino Médio que manteve a obrigatoriedade apenas dos componentes curriculares Português, Matemática e Inglês, houve um processo de aprimoramento na formação de docentes em Sociologia, a despeito de uma profunda tradição de formação inicial voltada exclusivamente para o bacharelado na área (OLIVEIRA; CIGALES, 2019). Todo esse avanço, no entanto, se encontra diante de um dilema.

⁴ Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-profissao-professor> Acessado em 18/06/2020.

⁵ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/listas/33-dos-professores-estao-insatisfeitos-com-a-profissao-mostra-pesquisa.htm> Acesso em 29/11/2019



3. O CAP e a estrutura da Licenciatura na UERJ

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp) é uma instituição pública, vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com objetivo de desenvolver a formação docente inicial e continuada, atuando no ensino, pesquisa e extensão universitária. Assim como a primeira leva de ginásios experimentais, o CAp-UERJ é produto do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, que deliberou que todas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras deveriam organizar um colégio de aplicação, tendo em vista a necessidade de experimentação metodológica nos cursos de formação de professores. Em 1957, a então Universidade do Distrito Federal (UDF) criou o seu Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Anos depois, em homenagem ao seu primeiro diretor e fundador, após a implantação dos cursos científico e clássico (equivalentes ao ensino médio hoje), a escola passou a se denominar Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ, 2013). Apesar das reformas organizacionais que deram a estrutura departamental ao colégio em 1986/1987, a unidade ainda não dispunha do status de unidade acadêmica. Em 1997, em documento elaborado pela Sub-Reitoria de Graduação da UERJ (SR-1), o CAp propõe sua transformação de Colégio de Aplicação em Instituto de Aplicação, definindo suas características acadêmicas e estabelecendo-se como local efetivo de experimentação metodológica e estágio para toda a Universidade, sem perder de vista a comunidade fluminense, reiterando sua condição de Unidade Acadêmica (MOREIRA; LINS, 2016). O campo obrigatório de estágio dá lugar um modelo de formação tripartite para todos os cursos de licenciatura. É sobre este modelo, criado pela Deliberação 021/2005, no qual o Instituto de Aplicação também compõe a grade de formação obrigatória de todos os cursos de licenciatura da universidade que o presente trabalho se debruça.

A grade curricular de Licenciatura em Ciências Sociais tem como objetivo a formação de professores buscando a excelência acadêmica. Para isso propõe, ao longo de suas disciplinas a valorização da teoria e a prática docente. Nessa visão se insere a fundamental perspectiva do futuro professor também como pesquisador. Assim, o licenciando é estimulado, desde as primeiras disciplinas da grade curricular, a desenvolver suas habilidades enquanto investigador no campo das humanidades inserido dentro do contexto escolar.



A distribuição da carga-horária e o formato de participação do CAP nas licenciaturas varia segundo a proposta curricular de cada curso de licenciatura. A documentação geral da universidade define carga-horária mínima, distribuída entre estágio e prática de ensino, mas não a composição curricular. A distribuição das disciplinas entre o CAP, Faculdade de Educação e os institutos-base varia de acordo com a concepção político-pedagógica de cada curso. No caso do curso de Ciências Sociais são oferecidas sete disciplinas pelo Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ) para o curso de formação de licenciandos em Sociologia. Essas disciplinas são ofertadas concomitantemente com o curso de bacharelado. Divididas em três práticas pedagógicas e quatro estágios supervisionados, essas disciplinas procuram agregar conteúdos acadêmicos nos campos da Sociologia e Educação, sem esquecer do envolvimento dos licenciandos no cotidiano escolar através de projetos de pesquisa e extensão. O Estágio Supervisionado é o período de prática e concretização dos conhecimentos acadêmicos adquiridos ao longo do curso de Licenciatura. O CAP é o espaço fundamental para o desenvolvimento dessas atividades, pois conta com a colaboração de todos os setores e sujeitos integrantes do Instituto. Ademais, a estrutura garante maior supervisão da universidade sobre o processo de formação inicial dos licenciandos, algo que enfrenta maiores desafios no que se refere aos estágios realizados em ambientes educacionais parceiros, mas fora da supervisão institucional.

Dessa maneira, o CAP busca, desde os seus primórdios, a interface entre a formação básica e a superior, de modo a ser uma escola pertencente à Universidade, com espaço para experimentações, com novas práticas pedagógicas ancoradas em pesquisa acadêmica com métodos sustentáveis. Isso é o que se espera desse ambiente de troca entre estudantes do ensino básico, futuros professores e professores já experimentados em sua prática docente.

O CAP-UERJ não faz parte da rede de ensino da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ), estando sob a tutela da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-RJ), assim como todas as três universidades estaduais e a rede de ensino técnico do Estado (FAETEC). Também não pode ser considerado um colégio de massa, apesar dos seus atuais mil e cem alunos. Isso traz alguns desafios, pois, apesar de ser considerado um espaço de excelência acadêmica, de reflexão pedagógica, pouco colabora com as escolas das redes de ensino, apesar de sua contribuição na formação de



docentes que atuará nessas redes e na existência de um Mestrado em rede na área de Ensino (PPGEB) voltado para a qualificação de docentes atuantes nas redes públicas e nas escolas privadas. As potencialidades são múltiplas.

No que tange a atuação na Educação Básica, a disciplina de Sociologia possui dois tempos em todos os anos do Ensino Médio, atendendo semanalmente 11 turmas, totalizando uma carga-horária na Educação Básica de, ao menos, 25 horas semanais, com cinco docentes adjuntos concursados.

Se atualmente o quadro de docentes se encontra completo, tendo a possibilidade de atender às demandas da Educação Básica e da Licenciatura, nem sempre foi essa a realidade do CAP, especialmente na área de Sociologia. Neste sentido, outrora, falar do trabalho docente de Sociologia era falar da precarização nas atividades laborativas. Durante boa parte do Século XXI, o Instituto contava com apenas um professor efetivo. No ano de 2013, o único docente efetivo do quadro pediu exoneração, restando apenas professores de contrato temporário/substituto para atender às demandas da Coordenação de Sociologia. Esses contratos eram renovados a cada seis meses, e marcados por grande precarização se comparados ao regime de trabalho do docente efetivo. Em 2014, a partir das múltiplas denúncias de carência de professores por parte da Associação de Pais e Professor do CAP (APP), assim como das representações sindicais de docentes (ASDUERJ) e técnico-administrativos (SINTUPERJ), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Rio de Janeiro assinam o “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC) que obriga a universidade a realizar concursos para professores efetivos, encerrando um longo ciclo de contratos temporários, que tinha passado a ser uma prática recorrente e estruturada na instituição.

Com isso, em 2014 e 2015 são realizados concursos na área de Sociologia no Instituto, e atualmente os cinco professores doutores efetivos se dedicam ao ensino, a pesquisa, a extensão e administração universitária. Novas possibilidades se abrem à medida que um corpo de professores efetivos assume a Educação Básica e a Licenciatura. A despeito da profunda crise que se abateu sobre as finanças públicas do Estado do Rio de Janeiro, e em especial da UERJ, entre 2015 e 2017, este período de renovação de quadros tem possibilitado reorganizar e ampliar as áreas de atuação da Coordenação de Sociologia tanto na Educação Básica quanto na Licenciatura, ampliando a produção de pesquisa sobre Sociologia escolar, as atividades de extensão e formação continuada de professores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou refletir sobre a trajetória da Sociologia como disciplina escolar e como sua intermitência ao longo dos anos prejudicou a reflexão sobre área nas faculdades de licenciatura. Também buscou analisar a atuação do CAP-UERJ como unidade híbrida entre a Educação Básica e o Ensino Superior, e sua função no interior da universidade na formação de professores. Assim, percebeu-se um distanciamento entre os cursos de bacharelado e licenciatura. A visão do professor do Ensino Básico como pesquisador não é compreendida dentro do próprio contexto universitário. A falta de prestígio social da carreira docente também contribuiu para esse distanciamento. Desconstruir a narrativa que marginaliza a profissão está no cerne do trabalho desenvolvido pelos profissionais de Sociologia no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Sua estrutura curricular é oferecida com o propósito de valorizar a carreira docente com forte ênfase na pesquisa acadêmica aplicada ao ambiente escolar. A profissão docente deve ser reconhecida, a começar no seio da comunidade universitária.

Apresentamos o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como um espaço que favorece o necessário intercâmbio entre escola e universidade. Com isso, desenvolvemos importantes projetos de pesquisa e extensão com os licenciandos, futuros professores de Sociologia, e traçamos alguns dados com perfis, perspectivas e angústias da carreira docente, principalmente levando em consideração os ataques às Ciências Humanas por parte do presente governo e de movimentos conservadores. É fundamental o reconhecimento dos cursos de licenciatura. Um país que pensa sobre o desenvolvimento necessariamente deve refletir a educação como ferramenta basilar para a prosperidade. Assim, a UERJ se impõe como valioso espaço de resistência, de excelência acadêmica, com forte preocupação social. E o ensino de Sociologia nunca foi tão imprescindível diante da emergência de discursos obscurantistas e da tentativa de desqualificação do conhecimento acadêmico, da pesquisa científica e da atuação docente.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CP nº 22/2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Brasília, 2019.
- CAMILO, E.J. *A qualidade 'de dentro' na / da pesquisa qualitativa em educação no Sul do Brasil*. **Educar em Revista**. Curitiba, v.33, n.65, jul/set, 2017, p.137-148.
- CARVALHO, L.M.G.X. *A trajetória histórica da luta pela introdução de Sociologia no Ensino Médio no Brasil*. In, CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **Sociologia e Ensino em debate**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p.17-61.
- CIGALES, M.; ENGERROFF, A.M.B. *Uma cartografia do capital social dos pioneiros da Sociologia no Brasil: um estudo sobre os manuais escolares*. In MAÇAIRA, J.P.; FRAGA, A.B. **Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- HANDFAS, A. *Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos*. In: HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L.F. **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p.187-196.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- MORAES, A.C.; GUIMARÃES, E.F. *Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM – Sociologia*. **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.
- MOREIRA, H.A.; LINS, M.R.F. *O Cap-UERJ e a educação integral – reflexões sobre o espaço e tempo escolar*. **X Simpósio educação e sociedade contemporânea: desafios e propostas**. (Anais) Rio de Janeiro, UERJ, 2016.
- OLIVEIRA, A.; CIGALES, M.P. *O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017*. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 2, p. 42-58, 3 set. 2019.
- SILVA, I.L.F. *O ensino das Ciências Sociais/ Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas*. **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.
- TOMAZZI, N.D. *Conversa sobre Orientações Curriculares Nacionais (OCNs)*. **Revista Cronos**, UFRN, v.8, n.2, Natal, jul/dez, 2007.
- UERJ. **Projeto Político Pedagógico do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap/UERJ)**. Rio de Janeiro, 2013.